

# DO TEMPO DAS REVOLUÇÕES ÀS REVOLUÇÕES DO TEMPO<sup>1</sup>

## FROM TIME OF REVOLUTIONS TO REVOLUTIONS OF TIME

Jaime Fernando dos Santos Junior<sup>2</sup>  
Doutorando em História  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
jafersantos@gmail.com

**Resumo:** O objetivo do texto é discutir sobre a passagem da revolução como uma importante categoria das ciências políticas para uma abordagem mais cultural tentando perceber o que havia de revolucionário em cada evento. No primeiro momento discuto a obsessão com um evento revolucionário que estivesse associado a um elemento nacional como entrada na modernidade. A partir de um tempo único e progressivo, revolução se tornou um estandarte capaz de sustentar a solução para uma crise, separando o antigo do novo. No entanto, sua ascensão acompanhou sua queda e no século XX, a categoria, ou conceito, passou a ser duramente criticado. A obsolescência da revolução foi resgatada por uma abordagem mais cultural, trazendo à vista novos personagens, novas narrativas e novas conceitualizações. Em consequência da pluralidade de temporalidades, o tempo progressivo e evolutivo pode ser questionado e superado.

**Palavras-chave:** Revolução; Evolução; Modernidade; Teoria da História; Tempo.

**Abstract:** The purpose of the text is to discuss the passage of the revolution as an important category of political science to a more cultural approach trying to perceive what was revolutionary in each event. In the first moment, I discuss about the obsession a revolutionary event that was associated with a national element as entry into modernity. . From a unique and progressive time, revolution became a banner capable of sustaining the solution to a crisis, separating the old from the new. However, its rise accompanied its fall and in century XX, the category and the concept happened to be strongly criticized. The obsolescence of the revolution was rescued by a more cultural approach, bringing to the fore new characters, new narratives and new conceptualizations. As a consequence of the plurality of temporalities, progressive and evolutionary time could be questioned and overcome.

**Key words:** Revolution; Evolution; Modernity; History Theory; Time.

**Texto recebido em:** 18/02/2019

**Texto aprovado em:** 15/05/2019

---

<sup>1</sup> Os esforços e resultados daí decorrentes tiveram financiamento da CAPES.

<sup>2</sup> Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3123694044876540>; ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7274-7870>.

Em 1733 viria a público *Letters of the English*, de Voltaire. O texto trata de suas impressões a respeito dos ingleses, entre os anos em que viveu em Londres (1726-1729), abordando temas em torno da religião, artes, ciência, política etc. Para o autor, a Inglaterra seria um motivo de admiração e exaltação para as outras nações, pois “foram o único povo sobre a terra que foi capaz de prescrever limites ao poder dos reis resistindo a eles; e quem por uma série de lutas, ao fim, estabeleceu um sábio governo em que o Príncipe é todo poderoso para fazer o bem, e, ao mesmo tempo, é restrito de cometer o mal”. O que em outros lugares gerou derramamento de sangue e guerras civis facciosas, na Inglaterra, emergiu como “Revolução”, garantindo a liberdade de sua população e governo (VOLTAIRE, 2002, p. 27).

Duas questões apresentadas por Voltaire merecem destaque nesse excerto, podendo ser aplicadas por todo o período. A primeira é a oposição entre guerra civil e revolução. Depois de um século XVII impregnado de guerras religiosas e em torno da soberania, a guerra civil parecia estar em desarmonia com a razão. Como apontou Reinhart Koselleck, “quanto mais progredia o Iluminismo, mais a guerra civil parecia tornar-se pálida reminiscência histórica” (2006, p. 68). Dessa forma, o filósofo seria aquele capaz de sintetizar um conhecimento superior e universal que pairasse acima dos limitados interesses partidários. Inclusive, o verbete “*guerre*” da *Encyclopedie* (1757) sequer faz referência à noção de guerra civil. E, nesse sentido, para muitos autores do setecentos, a Revolução era percebida como um evento redentor, capaz de superar todo fanatismo e de libertar a humanidade das garras do despotismo. Rompendo com as fidelidades tradicionais, um governo, racionalmente projetado e justificado, emergiria como garantidor da paz civil e do bem público. Como definiu Montesquieu, em *O Espírito das Leis*, “todas nossas histórias estão cheias de guerras civis sem revoluções”, ao contrário, “as dos Estados despóticos estão cheias de revoluções sem guerras civis” (1996, p. 68).

Outra questão importante é a eleição da Revolução de 1688 como um evento que inauguraria uma nova era: capaz de separar um antes e um depois, ou seja, de marcar uma periodização no fluxo do tempo. Segundo diversos autores, a partir desse acontecimento, a Inglaterra teria desfrutado de grande prestígio e prosperidade em todo continente. Seja na economia e no comércio, seja no imaginário político e cultural, era considerada um modelo a ser seguido, pois teria alcançado o cume do desenvolvimento histórico, estando à frente do projeto moderno (SANTOS JUNIOR, 2018). Como descreve Paul Hazard, durante o século

XVIII o eixo da fomentação intelectual, científica, artística (publicados sobretudo em latim e francês) deixa de ser os países do continente, e passa a se deslocar em direção à Inglaterra. Igualmente, a Ilha torna-se destino de viajantes e abrigo de exilados religiosos após a revogação do Édito de Nantes, que podiam experimentar e ver com seus próprios olhos a respeito do que liam, fortalecendo as representações antes imaginadas (1988).

A comparação das constituições políticas e as causas de suas alterações não eram em si uma novidade. Desde a antiguidade, como em Platão, Aristóteles e Políbio, já encontramos obras com esse tipo de conteúdo. No entanto, se para esses autores as formas de governo estavam intimamente associadas às qualidades morais de seus cidadãos e governantes, proporcionando distintas formas de organização política que conviviam sem grandes problemas, o Século das Luzes verá uma hierarquia inexorável nessas diferenças; o tempo torna-se um fator determinante. Passam a ser não somente diferenças de lugar para lugar, de sociedade para sociedade, mas que indicavam o grau de desenvolvimento de uma população. Ao invés de um distanciamento geográfico, há a designação de um distanciamento temporal. Por isso o texto de Voltaire não é uma simples descrição ou elogio às qualidades morais dos ingleses, mas uma admiração por seu desenvolvimento histórico; uma reflexão sobre o que fez com que chegassem aonde chegaram.

Imbuídos na ideologia do progresso, no otimismo da perfectibilidade humana e na crença de uma História única, os coevos tinham a sensação de que o tempo se acelerava e os referenciais, anteriormente amparados no passado, já não serviam. Dessa forma, quem estava no ápice do desenvolvimento histórico deveria ser seguido como um farol a iluminar toda a humanidade. Olhavam ao lado, planejando o futuro que gostariam de ter, sendo esse um importante mobilizador da ação social. O futuro parecia um guia mais seguro que, anunciado por um evento revolucionário, enterraria de vez o passado. Como descreveu Hartog, com a modernidade o futuro passou à frente, deixando para trás aquele mundo escorado nas práticas passadas e nos saberes empíricos (2013, p. 62). Revolução, tempo e modernidade se apegam intimamente, sendo a primeira eleita como porta de entrada obrigatória para a última.

A partir do século XVIII e da Revolução Francesa, segundo Koselleck, se consolidou o entendimento atual do conceito de “revolução” como um conceito *meta-histórico* capaz de ser igualmente um objeto dinâmico de ação social e de interpretação intelectual: as revoluções poderiam ser feitas como estudadas, identificando suas etapas e leis dentro de uma filosofia da

História (2006, p. 69-71). Imersos entre as duas margens de um rio, alguns se lançavam para o outro lado de maneira inquestionável, desejosos por um novo mundo e uma nova sociedade, os revolucionários; outros se apegavam aos usos e estruturas já conhecidos, desejosos em impedir as mudanças e frear o fluxo temporal, os reacionários ou contrarrevolucionários (HARTOG, 2013, p. 111; KOSELLECK, 2006, p. 74-76).

A partir de uma crise, superada por uma revolução, seria afastado o mundo tradicional e arcaico. Nesse sentido, a legitimidade de uma ação encontrava-se no próprio entendimento do desenvolvimento histórico, funcionando como um fator dinâmico das alterações na sociedade e elemento essencial da aceleração temporal. Assim, ostentar o estandarte revolucionário associado a uma delimitação nacional seria equivalente a se afirmar como nação moderna. Todos queriam possuir um evento ou alteração, no passado ou no presente, que pudessem chamar de “revolução”, responsável por marcar uma ruptura fundamental, que indicaria um tempo anterior e posterior à “revolução”, capaz de justificar tanto interpretações como atitudes, com profundo impacto sobre a historiografia.

No entanto, para além das pesquisas monográficas e focadas nas especificidades nacionais, fortaleceu-se uma interpretação mais ampla, global ou continental, principalmente àquela influenciada por uma perspectiva mais econômica e sociológica. Nesse sentido, o século XVII seria visto como um período de crises, profícuo em investigar as causas dos movimentos contestatórios da Idade Moderna, como antecipações das famosas revoluções setecentistas. A partir dessa perspectiva, pretendiam fornecer as bases para uma explicação da sublevação social e para a investigação de possíveis fatores comuns, presentes em todos os eventos: grupos em oposição, mudanças sociais e econômicas, fortalecimento ou fraqueza de governos, centralização, causas psicológicas etc., unindo diferentes autores em estudos comparativos.

Essa partidarização do termo fomentou muitas polêmicas. Muita tinta já foi gasta tentando determinar as causas das revoluções, em debates muitas vezes raivosos e que traziam consequências diretas ao presente. Na modernidade, revolução tornou-se uma das grandes categorias da teoria política, buscando-se entender os motivos pelos quais grupos e indivíduos se rebelavam. Afinal, estudar suas causas era também uma forma tanto de prever, como forma de impulsionar esses eventos no presente (STONE, 2000; GOLDSTONE, 1980). Alguns autores tendiam a interpretações mais deterministas, outros valorizavam as atitudes e escolhas individuais, mas ambos os grupos tentavam estabelecer critérios universais para a definição do

termo e elementos característicos e necessários para a ascensão de um movimento revolucionário, em uma perspectiva que ultrapassava as limitações nacionais.

## REVOLUÇÃO COMO CATEGORIA: UMA EXPECTATIVA

Como apontou John Dunn, ao contrário de termos mais abstratos empunhados contra governos e a ordem social, o entendimento da noção de “revolução” está marcado por acontecimentos históricos específicos: a Revolução Francesa e a Revolução Russa; mesmo a interpretação de levantes anteriores como os de 1688. Esses eventos consolidaram os dois principais modelos epistemológicos responsáveis por guiar e redefinir as interpretações sobre os eventos revolucionários. As ideologias que os sustentaram radicalizaram lados e enfatizaram a divisão, ainda mais após a agudização da Guerra Fria. Seria um fim redentor, capaz de inaugurar uma nova era, como queriam os liberais, ou apenas um meio em direção à verdadeira revolução, como defendiam comunistas e marxistas (1999, p. 333).

Todavia, mesmo sendo objeto de admiração durante o século XVIII, o entendimento da Revolução de 1688 se alterou profundamente com os acontecimentos de 1789, reduzindo sua unanimidade. Assim como muitos franceses e francesas liam sua sociedade e as alterações que enfrentavam com os olhos voltados a 1688, as preocupações e aspirações sobre a Revolução na Inglaterra foram intimamente influenciados pelos eventos na França. Enquanto, alguns autores, como Richard Price (1789), exaltavam os acontecimentos revolucionários franceses, procurando indicar as filiações desses com 1688, outros, como Edmund Burke (2014), procuravam afastar o pensamento inglês da radicalidade francesa, afirmando que a deposição de Jaime II e a ascensão de Guilherme Orange tinham sido meramente restaurativas dos direitos e liberdades ingleses.

Apesar das distintas e polifônicas abordagens no período, foi a interpretação de Burke que prevaleceu. Mesmo radicais e opositores, seus contemporâneos, como Thomas Paine, apoiaram-se na narrativa burkeana para rebaixar a importância de 1688, frente a “expansão do

orbe da razão e a as luminosas Revoluções da América e França” (1817, p. 47). Essa percepção igualmente foi majoritária durante o século XIX, sendo admirada justamente por ter sido uma revolução não violenta, sem derramamento de sangue. Como defendia Thomas Babington Macaulay<sup>3</sup>, a Revolução de 1688 teria sido estritamente defensiva, amparada no passado, com princípios já conhecidos por todos os ingleses em suas instituições, costumes e leis. Nas alterações que resultou “nem uma simples flor da coroa foi tocada” (1953, p. 377) e “não fizeram nenhuma lei que não fosse lei antes”. Nesse sentido, seria um abuso designá-la “pelo terrível nome de Revolução” (1953, p. 379).

Apesar dessa interpretação majoritária, durante o mesmo século XIX houve uma tentativa de ampliar as reflexões até os anos da guerra civil e os eventos de 1640 sob a ideia de revolução – antes conhecidos como Grande Rebelião, fruto do fanatismo e da irracionalidade humana. Independentemente da interpretação, a categoria permanecia intacta e intocável, seja indicando seu caráter religioso, na denominação cunhada por Samuel Gardner (1890), como “Revolução Puritana”, seja agregando os eventos da guerra civil em comparação com sua congênere francesa, como fez François Guizot (1848), em sua análise da “Revolução Inglesa”; ou ainda como etapa do desenvolvimento do capitalismo inglês, formação e utilização do Estado para fins burgueses, nas perspectivas de Karl Marx e Friedrich Engels (2013; 1850).

Na Inglaterra, podemos perceber mais profundamente essa mudança de foco a respeito de 1640 a partir do século XX. Se antes, o grande exemplo de Revolução era a de 1688, que fora considerada meramente restaurativa das liberdades inglesas, houve um esforço feito por historiadores sociais, marxistas ou não, de dar um caráter radical e revolucionário à guerra civil. Assim, buscavam indicar um passado radical do povo inglês, visto de baixo, e que afastava da representação consensual indicando mudanças significativas na sociedade, que desde o século XVI teriam alterado fortemente a organização social e que, como consequência, teriam levado à revolução (STONE, 2000; HILL, 1987; TREVOR-ROPER, 1959).

Como lembra Christopher Hill, antes os eventos da metade do século XVII inglês, tidos como fruto da irracionalidade e corrupção humana, eram designados pelo monárquico Interregno – indicando apenas um desvio no processo, como se nada de substancial houvesse acontecido entre os anos 1640-1660 (1995, p. 84). A partir da Segunda Guerra, os pesquisadores

---

<sup>3</sup> Thomas Babington Macaulay foi um dos mais importantes historiadores do século XIX. De tendência *whig*, liberal, defendia supremacia do Parlamento sobre a Coroa.

buscaram retomar o passado radical da sociedade inglesa, uma herança que parecia ser encontrada naqueles eventos. Procuravam se afastar da percepção pacífica dos ingleses, do indivíduo educado, um *gentleman*, e da Inglaterra como uma nação avessa a revoluções. A Revolução era vista como consequência inevitável de um processo necessário e internacionalmente observável.

Duas interpretações importantes marcaram as discussões. A primeira foi fornecida por Eric Hobsbawm, em 1954, que procurou associar as revoluções seiscentistas ao próprio desenvolvimento do capitalismo, propondo um ambiente de “crise geral” (1954). A categoria criada por Hobsbawm tornou-se quase um consenso. Embora, muitos discordassem de seus motivos e levantassem outros fatores para a eclosão dos movimentos revolucionários, todos concordavam com a premissa de que o século XVII foi um momento de crise e potencialmente revolucionário. Outro texto que igualmente fez muito sucesso foi o *The General Crisis of the Seventeenth Century*, de Hugh Trevor-Roper, publicado em 1959. Diferentemente de Hobsbawm, o historiador conservador propôs como gatilho da Revolução o inchamento do Estado e a total separação dos interesses da Corte com os objetivos buscados pela sociedade, o “país”. Certamente, nesse artigo, uma das afirmações mais importantes feitas pelo autor era de que se as revoluções do século XVII fossem vistas separadamente poderiam dar a ideia de um fator isolado e limitado aos assuntos internos a cada país, mas que, se analisadas conjuntamente, dariam a impressão de uma crise generalizada por todo continente europeu (1959).

Sendo assim, a chave para se estudar a emergência do capitalismo e da modernidade parecia estar ali. Crise, revolução e modernidade se tornaram palavras cada vez mais utilizadas juntas e explicativas para um processo complexo. As dinâmicas que pareciam ser somente nacionais eram entendidas como um dos elementos desse quadro mais amplo. Era necessário comparar os diferentes desenvolvimentos, causas e objetivos de cada levante. Já em 1960, a revista *Past and Present*, em 1960, convidou diferentes estudiosos, de diferentes nacionalidades, para debater a respeito do texto de Trevor-Roper e da percepção de uma “crise geral” (MOUSNIER; ELLIOTT, 1960). Acompanhando esse interesse pela categoria, em 1970 foi lançada a obra *Preconditions of Revolution in Early Modern Europe*. O livro, organizado por Robert Forster e Jack P. Greene, reunia cinco ensaios de distintos autores e diferentes movimentos contestatórios modernos. A partir de um amplo entendimento de “revolução” agregavam tanto Revoluções nacionais, como as revoltas no Império espanhol, quanto levantes

aristocráticos, como a Fronda, traçando uma tipologia que abarcasse os diversos elementos revolucionários, efetivos, potenciais ou fracassados (FORSTER; GREENE, 1984).

No início da década de 1980, seria lançada uma obra síntese de toda a preocupação com o tema da revolução que caracterizou as décadas anteriores, *Rebels and Rulers*, do historiador americano Perez Zagorin. Focado nos levantes dos séculos XVI e XVII procurou indicar o caráter peculiar e próprio dos movimentos contestatórios do período pré-industrial, afastando-se de teorias que se pretendessem universais. Sob essa perspectiva, negou a validade das interpretações marxistas, que associavam a revolução a um evento eminentemente social, com a obrigatória alternância de classes no poder, e das análises que utilizavam a Revolução Francesa como modelo exemplar, a indicar o que foi e o que não foi de fato uma revolução. Igualmente procurou combater a distinção entre rebelião e revolução, considerada pelo autor como etapista e teleológica, pois costumava caracterizar *a posteriori* as agitações falhas como rebeldes e as que obtiveram êxito como revolucionárias (2003).

No entanto, essa obsessão com o assunto retornou como ressaca. O século XX viu o auge e o declínio da concepção de revolução, na reflexão e na vivência prática das pessoas. Epistemologicamente, o combate se deu principalmente contra a teleologia.<sup>4</sup> Muitos autores, com os olhos voltados à modernidade e a partir de um instrumental sociológico, olhavam o século XVII em busca de precedentes ou pré-condições que explicassem as formas modernas: o Estado, a nação, a tolerância religiosa, a economia capitalista, a sociedade burguesa etc. Da mesma maneira, a partir de uma análise regressiva, sociólogos e historiadores procuraram traçar interpretações que indicassem a eclosão da mente revolucionária. Grupos e indivíduos foram percebidos como “rebeldes primitivos” (HOBSBAWM, 1978), tidos como “anarquistas medievais” (COHN, 1971) e os movimentos milenaristas tratados como protorrevolucionários, carentes das concepções e ideologias modernas (MANNHEIM, 1986; HILL, 2003). Era frequente a busca de precursores que antecipariam o mundo moderno e justificassem a herança radical.

Igualmente, foram colocadas em xeque interpretações que localizavam as raízes das revoluções em eventos distantes acontecidos em séculos anteriores; movimentações nas propriedades, antecipações democráticas, origens intelectuais, discursos igualitários etc. No

---

<sup>4</sup> Escrevi mais detalhadamente sobre isso em outro artigo. Ver: SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “Reflexões historiográficas sobre os usos da categoria e do conceito de Revolução para a guerra civil e Interregno na Inglaterra (1640-1660)”. *Revista 7 mares*, n.2, abril 2013.

entanto, a crítica não se deu unicamente contra os historiadores sociais, mas também às abordagens *Whigs* que tendiam a justificar o papel do Parlamento, da constituição e da liberdade como algo evolutivo e progressivo. Dessa forma, procurava-se combater as mitologias que pretendiam explicar o passado com os olhos do presente, uma linhagem oculta, que teria moldado as formas contemporâneas, indicando uma origem que justificasse as posições políticas atuais.

Como alternativa, os estudiosos empenhados nessa revisão se apegaram à narrativa política e de curta duração, estando mais preocupados em indicar os eventos “gatilhos” dos conflitos entre rei e Parlamentos mais próximos a 1640, as falhas do governo, as rebeliões na Escócia e na Irlanda etc. (KENYON, 1992, p. 686). A partir das interpretações dessa “geração revisionista”<sup>5</sup> (BURGESS, 1990, p. 617), tanto as causas quanto as consequências dos embates seiscentistas foram minimizadas. Como diz Mary Fulbrook, para os historiadores revisionistas nem a morte de Carlos I, nem a deposição de Jaime II, teriam realmente algo a contribuir para o alvorecer do mundo moderno (1982, p. 249-251). Não haveria nem causas de longa duração, nem sua resolução seria a marca de um novo tempo. Buscavam negar toda análise que lhes parecesse teleológica e, com isso, negavam junto a utilidade da categoria e do conceito de Revolução para explicar os acontecimentos do seiscentos inglês.

De certa forma, a crítica à noção de revolução acompanhava a discussão em torno do próprio entendimento da noção de modernidade. Afinal, se a primeira era considerada um divisor de águas, a separar o mundo antigo do mundo moderno, a segunda deveria ser adiada, pois não haveria as condições factíveis para uma revolução no século XVII; como fagulha que inauguraria os novos tempos ou elemento que traria a superação das formas tradicionais e arcaicas. Como descreveu J. D. Clark, “a resposta revisionista para a pergunta ‘quando foi a Revolução Inglesa’ era desconcertante: ‘não houve nenhuma revolução’” (1999, p. 71).

A “Revolução Inglesa” não teria sido nem uma luta de classes para a instalação do capitalismo, nem um embate necessário contra a tirania para a libertação humana. Libertos das grandes teorias sociológicas que buscavam determinar os elementos revolucionários e a partir de uma postura mais empírica, focada nas novas fontes e arquivos locais, os historiadores começaram a se perguntar se os homens e mulheres seiscentistas entendiam que estavam

---

<sup>5</sup> O termo “revisionistas” é bem amplo. Pode agregar uma diversidade de abordagens e perspectivas, sendo difícil colocar todos os autores assim categorizados sob o mesmo rótulo. Mais interessante, como indica Glenn Burgess, seria considerá-los “uma amorfa tendência geracional”.

vivendo uma revolução. O sentido original foi recuperado, mostrando as deficiências encobertas pela assunção do significado contemporâneo do termo. Ao contrário do que defendiam as interpretações dos historiadores sociais, os revisionistas afirmavam que as mudanças se dariam por um lento e constante processo, não havendo, assim, picos revolucionários a mudar o encaminhamento da história.

Sob esse raciocínio, para Jonathan Clark, a categoria preferida pelos historiadores revisionistas, ele incluído, era rebelião e não revolução, opção que era justificada devido à suposta autenticidade histórica do termo. Segundo esse autor, os historiadores contemporâneos estariam mais interessados em explicar o passado sob suas categorias do que utilizar elementos próprios e familiares aos coevos (1999, p. 105). Assim, o foco deveria recair sobre conceitos e noções como hierarquia, fidelidade e autoridade e não sobre análises voltadas às alterações econômicas, conflitos de classe ou em prol de representações democráticas. A sociedade seria conservadora e estável, sem o germe revolucionário a que queriam pintar os historiadores sociais do século XX. Nesse sentido, a partir de um recorte fotográfico e limitado do passado, o que houve só poderia ser descrito como uma rebelião ou Grande Rebelião, como preferiam. Por esse ponto de vista, qualquer ação violenta seria percebida como algo que rompia o consenso e a estabilidade do reino.

No plano político, igualmente a categoria revolução passou a ser combatida, com grave impacto na historiografia. As décadas de 70 e 80 presenciaram a ascensão de governos conservadores e neoliberais na Inglaterra e nos EUA, o que certamente impulsionou as interpretações revisionistas. Era necessário demonstrar o caráter pacífico e não radical dos britânicos em oposição aos historiadores marxistas e sociais. A defesa da revolução foi considerada a defesa de um projeto que nem sempre representava os interesses de todos e algo que podia atingir níveis totalitários. Assim, chamar de revolução o conflito do meio século XVII era algo sem sentido, apenas uma ferramenta ideológica utilizada pelos estudiosos, que procuravam dar legitimidade àquele desenvolvimento histórico e indicar os passos para os caminhos futuros. O que antes fora considerado um patamar necessário para a liberdade da espécie humana contra a tirania, se converteu a um processo partidário e tirânico que ameaçava a vida e liberdades privadas do indivíduo. Assim, como indicado por Koselleck, no século XX, qualquer golpe de Estado chamava a si mesmo de revolução (2006, p. 77).

Outro fator importante para a despolitização do termo foi sua separação dos vínculos e características humanas. Revolução, menos do que uma categoria chave no entendimento dos processos e transformações sociais, passou a indicar mudanças individualmente consumíveis. Tornava-se, assim, uma palavra empregada em campanhas publicitárias, inovações científicas e atualizações tecnológicas. Coisas que não estavam interessadas necessariamente em fomentar utopias coletivas. Igualmente, as alterações cada vez mais rápidas das últimas três ou quatro décadas implodiram a concepção temporal que sustentava e legitimava o conceito (TRISTÁN; BARROS, 2016, p. 8; CANAPARO, 2016, p. 32-34). Algo que se colocava como guia para toda a humanidade, a partir de um desenvolvimento único e apegado à possibilidade de projeção do futuro, se esvaia frente às demandas de um regime de historicidade presentista, o *boom* memorial e a pluralidade de narrativas (HARTOG, 2013).

No entanto, a crítica historiográfica e o ataque raivoso que a categoria e o conceito de revolução receberam tiveram seus pontos positivos. Fez com que essa ferramenta intelectual pudesse, pelo menos, ser questionada, tensionada e revista. Em vez de modelos sociológicos e economicistas rebuscados, que procuravam tipificar e determinar o que era de fato uma revolução, indicando suas causas e pré-condições, as interpretações se pautaram mais no aspecto cultural e nos métodos antropológicos. Assim, procurou-se mais observar o que havia de revolucionário em cada evento e como cada pessoa havia passado por aquelas situações. A atenção se voltou sobre a forma com que os sujeitos históricos enfraqueceram, relativizaram e subverteram noções de hierarquia, ortodoxia e soberania (THOMASSEN, 2012). Houve, assim, um deslocamento da estrutura à agência. Menos do que uma categoria, impregnada de expectativas e antecipações esperadas, revolução emergia enquanto experiência.

### REVOLUÇÃO COMO CONCEITO: UMA EXPERIÊNCIA

Abandonou-se a concepção historicista e progressista do desenvolvimento temporal, pautada nas rupturas e pregando o passado como algo superado, distanciado do presente e disponível posteriormente à análise dos pesquisadores. Interpretação essa profundamente marcada pelo moderno sentido de revolução, pois representava o ponto de virada e superação entre aquilo que era considerado o antigo e o novo. Colocando-se como razão universal, a “modernidade europeia se consagrou como o futuro de todos” (SETH, 2013, p. 175). Tanto o

passado quanto as culturas não europeias foram analisadas a partir de uma falta, o “ainda não modernos”, apenas reminiscências irracionais, inferiores e fantasiosas de um percurso único e universal (SETH, 2013; SKINNER, 2005; CLARK, 1983; CERTEAU, 2011). Sob essa perspectiva, como sugere Michel de Certeau, o desenvolvimento histórico se serviu a explicar o trajeto em direção a posturas mais científicas e verdadeiras, impondo uma ordem e um olhar, “que hierarquiza e distribui conhecimentos”, como polos opostos de uma mesma evolução (CERTEAU, 2011, p. 136).

Essa distinção se deve à moderna separação dos tempos históricos como algo objetivo, que evolui naturalmente possuindo começo, meio e fim. A periodização entre passado-presente-futuro, ao mesmo tempo em que pressupõe a distinção e especificidade de cada período, lê os eventos pretéritos como meras etapas em cumprimento das formas do presente. No entanto, como indicam Berber Bevernage e Chris Lorenz, o passado não é um objeto neutro, mas fruto de uma escolha subjetiva de cada historiador. É resultado de uma “intervenção performativa” relacionada a experiências e expectativas éticas, políticas, culturais, de gênero etc. de cada pesquisador (2013, p. 50).

Assim, a poderosa história disciplinada, que se arrogava de revelar as origens obscuras de movimentos e nações, entra em crise, incapaz de lidar com a proliferação de memórias, outras narrativas e experiências aos eventos catastróficos e traumáticos do século XX (ÀVILA, 2018). Era necessário falar das latrinas. Como relatou George Orwell, recordando sua participação na guerra civil espanhola, acima de todas as estratégias, disciplinas e estatísticas, peculiares a todos os exércitos, seria preciso “registrar as recordações físicas, os sons, cheiros e aspecto das coisas”. Obviedades que eram inimagináveis para as classes instruídas norte-americanas e inglesas, com seus julgamentos morais sobre o valor as guerras (2002, p. 144-146).

Esse apelo à experiência levou a historiografia a ceder a pressões externas à disciplina acadêmica, focada na objetividade e segura de seu método. Vindas das transformações sociais, emergiram abordagens relacionadas a pautas mais identitárias, não ligadas somente à radicalidade das classes populares, sobre as atividades trabalhistas e de partidos políticos, caras às interpretações teleológicas que buscavam no passado a legitimidade das formas do presente, como da história social, marxista ou não, e aqueles de tendência *whig*, em análises mais concentradas aos âmbitos político e constitucional. Envolvidos nas lutas práticas e reflexões

teóricas pelos direitos civis, antiarmamentistas e contra a guerra do Vietnã, muitos estudos e pesquisadores se debruçaram mais detalhadamente sobre temas como gênero, feminismo, movimentos negros, sobre as vivências de LGBT's, estudos sobre os corpos considerados “normais ou anormais”, estudos sobre a deficiência etc. Experiências complexas e que estavam muito além de simples binarismos como dominantes e dominados. O passado não era empregado apenas para legitimar ou condenar as formas e comportamentos do presente, mas como fator ético-político de atuação durante suas vidas e como herança de resistência (MUDROVICIC 2016, p. 19; RUFER, 2009, p. 108).

Um outro ponto de destaque, levantado por Mário Rufer, que entra em rota de colisão com as interpretações e métodos da história disciplinada e com a narrativa nacional hegemônica, são as memórias traumáticas sobre os grandes eventos do século XX, “as latrinas”. As guerras, a Revolução Russa, o Holocausto, o colonialismo trouxeram à luz relatos subjetivos frente a uma realidade que parecia sem sentido e carente de referente. Afinal, o futuro parecia ser um horizonte incerto e o passado uma presença cotidiana, não apenas um objeto morto e acabado. O otimismo da modernidade com o progresso constante da humanidade e das formas sociais parecia ruir diante do terror e irracionalidade apresentados pelo século passado (RUFER, 2009, p. 109-111).

No entanto, mesmo que reconhecida a existência da diversidade de povos, culturas e tempos, isso não seria o mesmo que deixar de exaltar ou apontar hierarquias epistemológicas. Apresentar revoluções no passado ou em espaços não europeus não seria o suficiente para analisá-las em seus próprios termos, a partir de suas próprias concepções de mundo e maneiras de compreensão, mas, muitas vezes, se apropriar de um vocabulário inadequado e externo àquela cultura. Segundo Sanjay Seth, indicar outras formas de pensamentos, “não é atender as diferenças, e sim universalizar uma maneira em particular de conceber, de relacionar-se e de registrar o passado”. A história não deveria ser vista como um “postulado antropológico universal”, uma formulação neutra e fruto da mera abstração privada, em que se possa dispensar uma experiência temporal real, um jeito de ser e de expressar sua subjetividade (SETH, 2013, p. 182-185). Ou seja, aquilo que outras culturas e outras épocas entendiam como mudança não podia ficar restrito à concepção moderna de revolução e história.

Libertando-se da racionalidade historicista ocidental e da distinção rígida entre as épocas, é possível perceber as diferentes “tradições de raciocínio” e historicidades que

envolvem cada indivíduo ou grupo em sua vivência e relacionamento com o passado e com os tempos históricos (SETH, 2013; HARTOG, 2013; STEWARD, 2016). Embora cronologicamente passado e presente sejam coisas distintas, podendo ser indicados como acontecimentos que se sucedem, aquilo que é mobilizado e instrumentalizado como herança, costume e passado, é, de certa forma, uma construção cultural do presente. Assim, os argumentos mobilizados pelos atores históricos nem sempre podem ser percebidos em uma perspectiva unicamente contemporaneísta, etnológica ou de curta-duração. É preciso apresentar a descrição de um longo processo, inserindo cada ato dentro de uma manifestação cultural específica, sem vê-lo como um trajeto inexorável e universal, indicando a mudança nos discursos e justificativas que sustentavam a autoridade das instituições.

Sob esse raciocínio, não cabe se apegar unicamente a explicações limitadas por recortes partidários, de classe ou como um movimento que “vem de baixo”; alternativa inexorável contra a miséria social. A cultura política mobilizada por elites, governos e grupos religiosos igualmente ganhou destaque. A revolução passou a não ser vista unicamente como um movimento ascendente do “povo” em direção ao poder político. Às vezes, muito dos elementos empregados por grupos opositores estavam amparados em noções consideradas ortodoxas e tradicionais, sejam elas justificadas por Deus ou pela História. Dessa maneira, foi necessário compreender os argumentos mobilizados por indivíduos ou grupos contra ou a favor da conservação da sociedade conhecida, ao invés de uma história desencarnada e que se limitava a descrever a transição de formas e modelos *a priori*.

Os eventos pretéritos não seriam algo meramente objetivo, em espera de algum especialista a lhe dar forma, racionalizar e periodizar o antes e o depois, mas um objeto em disputa dos atores no presente, produtos e produtores de várias temporalidades e conceitualizações. As revoluções não apresentam uma estrutura uniforme para que se desenvolva uma teoria geral. Cada revolução foi diferente, no entanto, há sem dúvida a recorrência de formas e discursos compartilhados e que devem receber interesse da pesquisa histórica (GINZBURG, 1989; SEBASTIAN; FUENTES, 2006, p. 137; BURKE, 2008; THOMASSEN, 2012). Semelhanças que, como diz Koselleck, mostram “conexões profundas entre problemas que se formulam e são vividos de maneira diferente”, afinal, mesmo em situações que parecem novas e sem precedentes, “os argumentos são muitas vezes transferidos

do passado” (*apud* SEBASTIAN, FUENTES, 2006, p. 138-139). Há, assim, certamente, a necessidade de perceber e trabalhar com uma estrutura diacrônica.

Essa perspectiva nos auxilia a pensar sobre a forma como os coevos davam sentido ao seu presente, contavam sua própria história e construam o enredo dos acontecimentos que viviam. Afinal, como diria Karl Marx, é justamente nesses períodos revolucionários, quando os agentes históricos “parecem empenhados em revolucionar-se a si e as coisas, em criar algo que jamais existiu”, que “conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado” (1997, p. 21). Essas recorrências são constantes em todas as revoluções e regimes. Homens e mulheres reivindicam a legitimidade para suas ações dizendo que apenas estão a continuar os caminhos já traçados por outros. Mesmo nas chamadas “revoluções modernas”, que desejavam e diziam romper com o passado e o mundo tradicional, é possível encontrar exemplos desse tipo. Na Rússia, os líderes bolcheviques miravam os eventos franceses do final do XVIII. Nas colônias inglesas na América, o republicanismo foi clamado contra as medidas autoritárias da metrópole. Os revolucionários franceses quando levaram o rei à guilhotina, tinham à memória o regicídio de Carlos I, levado a cabo pelos ingleses em 1649 (SANTOS JUNIOR, 2013, p. 123-124). A imitação é um processo fundamental na construção e desenvolvimento das instituições sociais, não estando ausente nas revoluções (THOMASSEN, 2012).

Nesse sentido, a História tem um papel fundamental, tanto a escrita quanto a leitura. É importante perceber os rituais e ícones que auxiliaram os coevos a acessarem informações, princípios e ações de mulheres e homens, seus antepassados ou contemporâneos. Certamente, os autores mais importantes no registro e divulgação dessas mudanças foram os historiadores, historiadores no sentido amplo da palavra: não aqueles possuidores de um saber disciplinado, privado e *livresco*, mas público, abrangendo tanto aqueles marinheiros, religiosos, nobres, juristas etc. que registraram os eventos contemporâneos, participando e fomentando discussões, quanto aqueles que analisaram épocas passadas, suas guerras, mudanças sociais, desprestígios, alternância de governo etc. Homens e mulheres se debruçavam sobre eventos acontecidos em outros tempos e outros lugares a fim de comparar desenvolvimentos parecidos. Nesse sentido, a leitura de obras históricas tinha uma função instrumental. Não servia apenas ao deleite intelectual, mas funcionava como horizonte ético e prático para o presente, a partir das experiências alheias (WHITE, 2014; OAKESHOTT, 2000; MUDROVIC, 2016).

No entanto, se muitas vezes as formas são semelhantes, os constrangimentos sociais e históricos são diferentes. Deve-se, assim, observar a relação e o diálogo criado entre a macroestrutura política e social (instituições, discursos, hierarquias etc.) frente às possibilidades individuais, do microcosmo (resistências, adequações, deformações etc.). Cada época e lugar irão permitir ou proibir a circulação de ideias, vocabulários e atitudes, a partir de seus próprios mecanismos de controle e censura. Observar essas mudanças na sensibilidade de grupos e indivíduos frente às escolhas do passado deve ser igualmente um objetivo procurado em uma análise histórica. A isso, certamente, se faz necessária uma abordagem sincrônica, observando como os coevos discutiam certos assuntos em seu próprio cotidiano.

Se uma perspectiva diacrônica nos auxilia a entender os argumentos amparados em longínquas raízes e a perceber mudanças e continuidades comparativamente, indicando situações distintas e revelando as características próprias a cada momento, apenas uma análise sincrônica pode nos revelar os embates sociais, as disputas pelas representações e as guerras de significado. Para além de indicar apenas “o que” mudou é importante refletir e analisar “como” tal forma ou concepção mudou. Sob esse raciocínio, os objetos são percebidos enquanto emergência, em conflito e diálogo com outras percepções. Como sugere Quentin Skinner, é por meio da manipulação retórica de certas palavras, ações e sentimentos que uma sociedade forma sua identidade, constrói ferramentas de análise sobre o que é externo e reflete sobre a conveniência daquilo que pode ser considerado bom, mal ou indiferente em sua própria comunidade (SKINNER, 2005, p. 209).

Nesse sentido, as análises sincrônicas e diacrônicas, cada uma em sua peculiaridade, nos auxiliam na compreensão, de forma mais específica, do conceito de revolução. Qualquer alteração no governo ou na sociedade necessita de sujeitos interessados em justificar ou condenar o novo estado de coisas. Novos contextos geram novas interpretações e mesmo noções derivadas de situações longínquas recebem novos tratamentos em momentos diversos. Essa guerra por defender a compreensão e o emprego correto de uma imagem ou palavra, está muito além de uma questão meramente linguística, mas revela concepções e projetos políticos para a sociedade. Não um significado fixo, mas o uso, presente na própria linguagem dos coevos, ensejando e contribuindo para a pluralização de temporalidades e conceitos.

## EVOLUÇÃO E REVOLUÇÃO

Acostumou-se, devido ao sentido moderno do termo, a pensar uma revolução como uma ruptura profunda com a sociedade e os costumes anteriores; como um evento capaz de indicar e separar o Antigo e o Novo Regime. No entanto, de forma diferente se apresenta a questão em outros tempos e espaços. Revolução antes de ser uma construção abstrata e racional era algo eminentemente histórico, em que as justificativas para os embates do presente estavam amparadas em elementos passados. Os instrumentos para a mudança não eram algo que podia ser atingido a partir de uma reflexão privada e unicamente individual ou defendido devido a um suposto direito natural inalienável, mas, ao contrário, se encontrava na experiência social e coletiva.

Dessa forma, os elementos revolucionários só podem ser percebidos a partir de uma concepção relativa, como em uma disputa em aberto e não definida. É importante perceber a utilização de um termo não como uma coisa em si, autossuficiente e que possa ser determinada anteriormente à análise. Há necessidade de descrevê-lo em relação à cultura, às instituições e às ideias de uma sociedade, percebendo o que manteve, como o fez e como se esforçou para isso, dentro das possibilidades legítimas para a mudança. Sob esses pressupostos, as noções de revolução e outros termos, como rebelião, revolta, insurreição, guerra civil, menos do que vocabulários neutros e intercambiáveis (ou que carregam hierarquias dadas posteriormente a fim de justificar um desenvolvimento específico), carregam concepções de tempo e marcavam posições em seus próprios presentes, procurando justificar ou deslegitimar indivíduos, grupos e ações a partir do que desejam mudar e o que desejam conservar.

Utilizei-me, assim, das diferenciações apresentadas por Reinhart Koselleck, entre categoria e conceito, e horizonte de expectativa e espaço de experiência. Para o historiador alemão, o primeiro par seria definido como sendo a categoria, um vocabulário posterior, empregado por historiadores ou outros estudiosos para descrever uma época ou evento. Já o conceito seria composto por termos utilizados na própria época, impossíveis de serem sintetizados sob um único significado, pois seria objeto de disputa nos embates sociais (2006, p. 305-311). Especificamente sobre o termo revolução devemos caminhar com cuidado. O termo existe nas fontes, mas está amparado sob outras bases temporais (SANTOS JUNIOR,

2018). Antes do século XVIII, as mudanças sociais, conceituais ou de sensibilidade estavam em necessário diálogo com as práticas, costumes e conhecimentos já experimentados. No entanto, a partir do Iluminismo e da Revolução Francesa, aquilo que era experiência afastou-se profundamente daquilo que se podia esperar, provocando nas relações humanas a sensação de aceleração do tempo (KOSELLECK, 2006, p. 312-327). Esse afastamento, além de movimentar o tempo histórico, fez de conceitos polissêmicos categorias meta-históricas e universais, concentrando sob si os elementos tanto para ação quanto para as análises e interpretações teóricas; isso aconteceu com o termo revolução. A partir de 1789, revolução tornou-se uma referência temporal e expectativa de todos aqueles a fim de atingir a modernidade

Esse tempo progressivo e único, que indicaria o destino necessário e que todos deveriam seguir, é, ao mesmo tempo, criador e criatura de uma percepção dicotômica e bipolar de mundo. Nesse processo a progressão temporal é naturalizada, como se as desigualdades encontradas na sociedade fossem só uma questão de “evolução”, a respeito de que lado da modernidade se está. Nela as estruturas de poder e os pensamentos que sustentam a ordenação são ocultadas (RUFER, 2010, p. 130). A partir do discurso da racionalidade e da normalidade criou-se oposições, que ratificam um padrão universal e que julgam outros comportamentos e culturas como anormais e não civilizados. Muitos exemplos podem ser levantados pelas experiências feministas, coloniais etc., mas gostaria de me deter na crítica ao fanatismo. Ao se ancorar sobre um tempo único e crente na racionalidade, vivências mais ligadas a experiências religiosas foram taxadas como meras superstições tolas. Assim, as palavras de Antônio Conselheiro foram soterradas sob o discurso mais cientificista de Euclides da Cunha (VASCONCELOS, 2018). Os pensamentos religiosos de James Harrington são percebidos apenas como um anexo sem importância de seus escritos políticos (GOLDIE, 1987). Os estudos de escatologia de Isaac Newton são tidos como irrelevantes frente a seus avanços no campo da física, ignorando o apreço que o próprio autor destinava a eles (COOPER, 1960-1961). Mais importante do que as apreciações de um estudioso, sustentado nos preceitos do tempo moderno, é perceber através de seus próprios escritos o entendimento que tinha de sua própria época. E, para isso, precisamos de conceitos, narrativas e temporalizações.

Assim, a verdadeira disputa é sobre o tempo. Um tempo evolutivo que fomenta o individualismo e vê como natural o fato de que alguns sejam deixados para trás. E um tempo revolucionário, não aparado numa radical separação entre os tempos históricos, em que passado e

futuro são manipulados pelos atores no presente, como guias morais e éticos, constituintes de identidades empregadas nos combates cotidianos. Como diz Maria Inés Mudrovic, “o presente é apenas o que existe e o passado é um jeito de ler o presente. Dessa forma, existem muitos passados como resultado dos nossos diferentes modos de compreender o presente” (2016, p. 13). Neste sentido, podemos compreender a evolução, como a apresentação de algo novo; o indivíduo que melhor se adaptou ao meio, o vencedor de uma concorrência, o mais desenvolvido, mas que, ao fim, é apenas uma atualização de uma forma já conhecida; e a revolução como algo que vire a mesa e mude as regras do jogo, questionando-as e que diga um “não” ao simples fato de continuar jogando. Não é uma simples adaptação, mas um ato de criação. Não deve assim, ser vista apenas como uma categoria que marque a superação de uma crise e um caminho único que separe o “antigo” do “novo”. A mesma autora, baseada em Hans Kellner e Hayden White, discute sobre as diferenças dos sistemas históricos e biológicos, em que os primeiros podem escolher suas heranças conscientemente, mas que os segundos não podem fazer o mesmo, já que estão presos à carga genética que carregam de seus ancestrais (2016, p. 14-15).

Em sua “Tese IX”, Walter Benjamin descreve um anjo de asas abertas empurrado por uma tempestade, impossibilitado de parar e averiguar os escombros que se acumulam até o céu. Essa tempestade, como sabemos, é o progresso, que nos empurra constantemente ao futuro. Talvez seja a hora de quebrar esse ciclo vicioso e parar para observar as ruínas das catástrofes de tempos tempestuosos. Como uma torre de Babel, esses escombros atingem o céu, em um único monumento como um desenvolvimento temporal singular, aniquilados pela introdução de novas línguas, memórias e identidades. Nesse sentido, como apresenta Michael Löwy, em sua brilhante análise sobre as teses de Benjamin, “invertendo os lugares-comuns da esquerda ‘progressista’”: “Marx havia dito que as revoluções são a locomotiva da história mundial. Mas talvez as coisas se apresentem de maneira completamente diferente. É possível que as revoluções sejam o ato, pela humanidade que viu nesse trem, de puxar os freios de emergências” (LÖWY; BENJAMIN, 2005, p. 93-94).

**Referências bibliográficas:**

ARTFL *Encyclopédie Project*. “Guerre”, vol. 7, 1757, Disponível em:< <http://artflsrv02.uchicago.edu/cgi-bin/philologic/getobject.pl?c.6:1652.encyclopedie0513>> Acesso em: 20 jan. 2017.

ÁVILA, Arthur Lima de. “O fim da história e o fardo da temporalidade”. *Tempo e argumento*, v.10, 2018.

BENJAMIN, Walter; LOWY, Michel. “Tese IX”. In:\_\_\_\_. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. “Breaking up Time. Negotiating the Borders between Present, Past and Future”. *Storia diografia*, 65, 1, 2013.

BURGESS, Glenn. “On revisionism: an analysis of Early Stuart historiography in the 1970s and 1980s”. In: *The Historical Journal*, 33, 3, 1990.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. São Paulo: EDIPRO, 2014.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANAPARO, Claudio. “La idea de revolución en la periferia”. *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 2016, vol. 28.

CERTEAU, Michel de. “A produção do tempo: uma arqueologia religiosa”. In:\_\_\_\_. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CLARK, J. C. D.. *Revolution and Rebellion: state and society in England in seventeenth and eighteenth centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

CLARK, Stuart. “French Historians and Early Modern Popular Culture”. *Past and Present*, n.100, Ago/1983.

COHN, Norman. *Na Senda do Milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1971

COOPER, Brian. “The Academic Re-discovery of Apocalyptic Ideas in the 17th Century”. *The Baptist Quartely*. N. 18-19, 1960-1961.

DUNN, John. “Revolution”. In: BALL, Terence; FARR, James; HANSON, Russell L. (Ed.). *Political Innovation and Conceptual Change*. Massachusetts, Harvard University Press, 1999.

FORSTER, Robert; GREENE, Jack. *Revoluciones y rebeliones de la Europa moderna*. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

FULBROOKE, Mary. “The English Revolution and the revisionist revolt”. In: *Social History*, Vol. 7, No. 3 (Oct., 1982).

- GARDNER, Samuel. *The first two Stuarts and the Puritan Revolution (1603-1660)*. New York: Charles Scribner's sons, 1890.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOLDIE, Mark. "The Civil Religion of James Harrington". In: PAGDEN, Anthony. *The language of Political Theory in Early-Modern Europe*, Cambridge: University of Cambridge, 1987.
- GOLDSTONE, Jack. "Theories of Revolutions: the third Generation". *Work Politics*. Vol. 32, No. 3 (Apr., 1980).
- GUIZOT, François. *History of the English revolution of 1640 : from the accession of Charles I. to his death*. London: D. Bogue, 1848.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HAZARD, Paul. *La crisis de la conciencia europea (1680-1715)*. Madrid: Alianza Editorial, 1988.
- HILL, Christopher. "Christopher Hill por Christopher Hill". In: *Varia História*, Belo Horizonte, nº 14, Set/95.
- HILL, Christopher. *A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais durante a Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. "The general crisis of the european economy in the 17<sup>th</sup> century", *Past & Present*, No. 5 (1954).
- HOBBSAWM, Eric. *Rebeldes Primitivos: Estudos sobre Formas Arcaicas de Movimentos Sociais nos Séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- KENYON, John. "Revisionism and Post-Revisionism in Early Stuart History". In: *The Journal of Modern History*, Vol. 64, No. 4 (Dec., 1992).
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MACAULAY, Thomas Babington. *The History of England: From the Accession of James I*. Vol. II, London: J. M. Dent & Sons Ltda., 1953.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- MARX, KARL. "A chamada acumulação primitiva". In: \_\_\_\_\_. *O Capital: para a crítica da economia política*. Livro I, volume II, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “England’s 17th Century Revolution”. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1850/02/english-revolution.htm>> Acesso em: 15 jun. 2017.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O espírito das leis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOUSNIER, Roland; ELLIOTT, J. H.; STONE, Lawrence; TREVOR-ROPER, H. R.; KOSSMANN, E. H.; HOBSBAWM, E. J.; HEXTER, J. H.. “Discussion of H. R. Trevor-Roper: “The General Crisis of the Seventeenth Century.” *Past & Present*, No. 18 (Nov., 1960).

MUDROVIC, María Inés. “Historical Narrative as a Moral Guide and the present as History as an Ethical Project”. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 21, 2016.

OAKESHOTT, Michael. *El racionalismo en la política y otros ensayos*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ORWELL, George. *Lutando na Espanha*. eBooksBrasil, 2002.

PAINE, Thomas. *The rights of Man*. London: W.T. Sherwin, 1817.

PRICE, Richard. *A Discourse on the Love of Our Country, delivered on Nov. 4, 1789, at the Meeting-House in the Old Jewry, to the Society for Commemorating the Revolution in Britain. With an Appendix*. Second edition (London: T. Cadell, 1789). Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/price-a-discourse-on-the-love-of-our-country>> Acesso em: 22 jan. 2017.

RUFER, Mario. “Memoria sin garantías: usos del pasado y política del presente”. *Anuario de investigación*, 2009.

SANTOS JUNIOR, J. F.. “A emergência do “moderno” conceito de revolução”. *História da historiografia*, v. 26, p. 122-147, 2018.

SANTOS JUNIOR, Jaime Fernando dos. “Reflexões historiográficas sobre os usos da categoria e do conceito de Revolução para a guerra civil e Interregno na Inglaterra (1640-1660)”. *Revista 7 mares*, n.2, abril 2013.

SEBASTIAN, J. F.; FUENTES, J. F. “Entrevista com Reinhart Koselleck”. In: JASMIM, M.G. ; FERES JR, J. (Org). *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora PUC – Loyola, 2006.

SETH, Sanjay. “Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?”. *História da historiografia*. Ouro Preto, n. 13, abril 2013.

SKINNER, Quentin. “Interpretação, racionalidade e verdade”. In: \_\_\_\_\_. *Visões da política sobre os métodos históricos*. Algés: Difel, 2005.

STEWART, Charles. “Historicity and Antropology”. *The Annual Review of Antropology*. 2016.

STONE, Lawrence. *Causas da Revolução Inglesa 1529-1642*. Bauru: EDUSC, 2000.

THOMASSEN, Bjorn. “Notes toward na Antropology of Political Revolutions”. *Comparative Studies in Society and History*. 2012, 54 (3).

TREVOR-ROPER, H. R. “The General Crisis of the 17<sup>th</sup> century”. *Past & Present*. No. 16 (1959).

TREVOR-ROPER, H. R. “The General Crisis of the 17<sup>th</sup> century”. *Past & Present*. No. 16 (1959).

TRISTÁN, Eduardo Rey; BARROS, Israel Sanmartin. “Introducción: Revisitando la Revolución en la Historia”. *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 2016, vol. 28.

VASCONCELOS, Pedro Lima. *Antônio Conselheiro por ele mesmo*. São Paulo: É Realizações, 2018.

VOLTAIRE. *Letters on England*. The Pennsylvania State University, 2002.

WHITE, Hayden. *The Pratical Past*. Evaston: Northwestern University Press, 2014.

ZAGORIN, Perez. *Rebels and Rulers 1500 – 1600: society, states and early modern revolution. Agrarian and urban rebellions (V. I)*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.